

MUSEU DA PESSOA

História

A cajucultura

História de: [Francisco Fábio de Assis Paiva](#)

Autor: **Museu da Pessoa**

Publicado em: 04/03/2009











História completa

P - Seu Fábio, bom dia, obrigada por ter se saído lá do Ceará para nos dar esta entrevista. Muito prazer da gente começar. Eu gostaria que você começasse contando pra gente seu nome completo, data e local de nascimento.

R - Bom, meu nome é Francisco Fábio de Assis Paiva, eu nasci na cidade de Tauá , no Estado do Ceará, dia 30 de agosto de 1950, completei agora 56 anos.

P - Meus parabéns. Seu Fábio, e o nome dos seus pais?

R - Bom, meu pai, o nome dele é Francisco Paiva Lima, é falecido, minha mãe também falecida, Francisca Adalgisa de Assis Paiva. Nasceram em Tauá.

P - Conta um pouco da atividade profissional de seus pais, como é que ele sustentava a família?

R - O meu pai era comerciante em Tauá, e como atividade da maioria das pessoas também atividade agropecuária. Tinha propriedade, uma pequena propriedade, e tinha essa atividade também na agropecuária, na criação de animais e também na, culturas de subsistência. À parte de comércio era basicamente estivas - os alimentos da região - e tinha também aquele hábito de sair para outras cidades da região para venda de produtos, pela própria dificuldade que existia na época. Isso no começo de...1930, 35, era muito difícil se deslocar e as pessoas tinham de levar o alimento para determinadas regiões. Então, tinha também essa opção comercial de vender os alimentos fora da cidade.

P - E a sua mãe?

R - Bom, a minha mãe ela é de origem de uma família, o pai dela era coletor federal, em Tauá, e a mãe era dona de casa, no começo do século isso era muito comum, não tinha atividade. Mas a minha mãe desde nova buscou o trabalho. Então ela era uma pessoa que se destacou na ambientação lá dentro da própria região, o trabalho, e se dedicou ao estudo, ao magistério, e era professora. Foi diretora de colégio lá, mas ela gostava mesmo era de ensinar, tinha até a satisfação de mostrar que algumas pessoas ilustres da cidade, tinham passado, tinham sido alunos dela. Isso para ela era muito interessante.

P - E irmãos, em quantos irmãos vocês são?

R - Bom, o meu pai foi casado duas vezes, e no primeiro matrimônio teve quatro filhas, essas quatro filhas, a esposa morreu muito nova e, logo em seguida, em 1939, casou com a minha mãe. Quando casou com a minha mãe, três das quatro filhas foram morar com a minha mãe, uma já era casada, é até interessante que eu tenho sobrinhos mais velhos do que eu, isso em função dessa questão – meu pai ter sido casado duas vezes. E do segundo matrimônio com a minha mãe nasceram nove filhos, bom, soma nove aos quatro, treze. Tinha mais alguns agregados, como era natural e normal na época, de criar mais uma ou duas pessoas que a gente considerava como irmão também. Então, na verdade, era uma família numerosa, de treze filhos mais dois ou três agregados e daí fomos buscando sobreviver em função dessa dificuldade de muitas pessoas. O meu pai morreu muito cedo, o meu pai morreu com 51 anos, em 1954; então em 54 eu tinha três anos, praticamente, ia completar quatro. Eu posso dizer que tenho pai, mas não conheci o pai. Não tenho, assim, a pessoa com três anos é difícil guardar feições – eu guardo assim, algumas informações que eram passadas quando eu era criança, mas eu não tenho assim uma concepção normal e natural de ter tido convívio com o meu pai. Na verdade o meu pai foi a minha mãe, foi quem me criou na minha casa foi a minha mãe, depois que meu pai morreu a minha mãe teve que criar os filhos, nove filhos, os outros enteados já estavam casados, mas teve toda essa dificuldade como professora de levar o barco pra frente, com toda a dificuldade mas, conseguiu.

P - E como é que era o cotidiano dessa criançada em casa? O que o senhor se recorda?

R - É a recordação...eu por ser o penúltimo, as recordações são poucas. Na verdade eu só tenho um irmão mais novo do que eu, com dois anos de diferença, e era uma infância normal de interior, tinha um convívio muito grande com primos, inclusive com meus sobrinhos também que, toda essa questão de idade; e numa situação de viver no interior era uma vida muito pacata, muito, as pessoas praticamente formavam uma única família.

P - Bom, e a escola, Fábio. Como era a escola lá no Estado do Ceará?

R - Bom, como – ainda tem problemas de acesso à escola no interior do nordeste –mas era mais precário na época. Eu entrei na escola, apesar de ser filho de professora, entrei na escola somente com seis anos, como era normal de todos. Então, entrei na escola, no grupo, era um grupo escolar onde a minha mãe na época era diretora, mas sem privilégio por ser filho de diretora, de professora do colégio não tinha nenhum privilégio. Mas eu sempre procurei me dedicar aos estudos e acho que me destacava diante dos colegas, sempre fui uma pessoa pró ativa em buscar as coisas, curioso. Isso tem – o meu filho, Caio Fábio, quando era pequeno, parecia muito comigo, perguntava: “e isso?”, “o que é isso?”, perguntava muito – isso também eu tinha essa curiosidade muito grande mesmo porque a falta de informação era muito grande na região. Para você ter uma idéia, uma televisão, eu fui ver com 16 anos, em Fortaleza, somente com 16 anos. E a televisão chegou em Tauá, eu tava com 18 anos. Então, para tu ver, passei de zero a 18 anos só com a informação de rádio, o meu avô que era uma pessoa também muito pró ativa nisso aí, ele tinha aqueles rádios antigos, aqueles rádios à válvula e ele, apesar de ser uma pessoa de interior, mas gostava muito de estar antenado com notícias da Voz do Brasil, da Voz da América, chegava até a passar o tempo todo, muito tempo, no rádio, aqueles rádios grandes, ouvindo a BBC de Londres, mesmo sem entender nada de inglês mas...’pelo menos estou sabendo que isto existe”. Isso também me deixava curioso de ver isso aí, e também eu peguei o apego por isso aí, de estar, apesar de agora – eu já tenho essa informação toda, de livro e tudo – mas a gente ver a aflição da pessoa estar ouvindo e não entender o que estavam falando, mas ele colocava isso aí e isso me despertava muito a curiosidade, e eu sempre fui muito pró ativo nessa coisa do conhecimento, de buscar conhecer, de buscar informação, coisa que não era muito comum na região.

P - Como era o nome do seu avô?

R - Também Francisco. Francisco Chagas de Assis. Ele era coletor federal lá em Tauá, também era comerciante e, como todos, como era comum, também proprietário, agricultor, na região. Também de uma família grande, pai de oito filhos, seis mulheres e dois homens, e que também, colocando a questão da minha mãe, me parece que foi a única que buscou a questão do trabalho, as outras praticamente eram donas de casa, a

minha mãe buscou essa coisa de trabalho, no magistério, e mesmo, acho que até uma coisa de antevendo a responsabilidade, logo, tão nova, quando meu pai morreu, em 54, ela teve de arcar com toda a responsabilidade, ou seja, uma pequena, uma renda que tinha lá das propriedades, mas ela continuou como professora e foi até a sua conclusão do tempo, até a aposentadoria. Isso foi uma coisa que, eu me orgulho muito de ter essa sinalização de uma pessoa, de uma mulher que foi diferente em relação ao que era comum na época.

P - Senhor Fábio, o senhor vai para Fortaleza com dezesseis anos para quê? A viagem, foi para estudar?

R - Exatamente. É, a minha mãe tinha preocupação muito grande de buscar, com os filhos, sempre mostrar que o mundo não era só o interior, que tinha além, alguma coisa era diferente. E, a gente tinha familiares nascidos em Fortaleza e, invariavelmente, todas as férias, minha mãe levava um ou outro, começava do mais velho, eu como já estava, já era no final da coisa então, eu fiquei para o final; e eu fui conhecer Fortaleza e o mar com mais ou menos 15 anos. E, para ver que a realidade não era só aquilo ali. E eu ficava impressionado em ver as coisas diferentes no ambiente do interior, mas que aquilo além da fascinação, também acenava sonhos de, “Bom acho que também é interessante, de repente aqui acho que a gente vai ter essa oportunidade de crescer, de ter uma coisa diferente” – as oportunidades no interior eram muito limitadas e muito escassas. Mas a questão da educação lá no interior do Ceará ainda existe, mas agora modificou muito – na época só existia o ensino médio, ainda era a época de quarto ginásial, depois mudou para ensino médio, de ensino fundamental e ensino médio mas, a o que ocorria era a seguinte, o homem terminava a quarta série ginásial, ele tinha que se deslocar para Fortaleza ou para outra cidade maior para fazer o científico, que era o chamado ensino médio e ter acesso à universidade. Para as mulheres não, as mulheres podiam ficar em Tauá porque já tinha aquela coisa de escola normal, dentro daquela função de que a mulher tem que ser professora; em que ser doméstica. Então eles se preparavam, em todas as cidades do interior não tinha o científico, mas tinha o normal. Então, as mulheres geralmente ficavam, o homem não, se ele ficasse lá em Tauá, ficaria numa atividade de agropecuária, alguma coisa mais restrita ou, se quisesse buscar sonhos maiores, de se especializar, e se profissionalizar, de buscar a universidade, tinha que sair para uma cidade maior, ou para Fortaleza, ou para Recife, basicamente essas duas cidades. E, já em 1964 e 65 a minha mãe me deu uma oportunidade de estudar fora de Tauá, então eu fui estudar em uma cidade do interior, já próxima ao Cariri cearense, chamada Lavras da Mangabeira. E eu fui estudar num colégio agrícola, Escola Agrotécnica Federal, isso já foi talvez a minha iniciação na área da agricultura, porque eu não tinha muito desejo de trabalhar na parte agrícola, eu sempre pensava em ser um geólogo ou ser um engenheiro civil, engenheiro eletrônico, porque eu sempre gostei dessa parte, mas aí como surgiu essa oportunidade de estudar no colégio agrícola, eu fui, e foi bem proveitoso, passei dois anos lá, depois tive de voltar para Tauá porque eu não achava que, o colégio era muito limitado em relação ao conhecimento e, lá em Tauá, apesar de ser uma cidade de interior, mas tinha um colégio muito bom, um colégio de freiras, e eu estudava neste colégio de freiras, então esse colégio foi à base. Praticamente a minha base de conhecimento foi nesse colégio de freiras. Eu me lembro foi em 1964, na época da ditadura, uma coisa que eu não esqueço nunca, isso aí, eu gosto muito de rádio e ouvia invariavelmente a Voz do Brasil, mas na época, como não existia nada de Embratel, a Voz do Brasil era transmitida em ondas curtas e era uma chiadeira incrível, a pessoa quase não ouvia nada. E uma professora lá do ginásio onde eu estudava, professora de português, na época da ditadura isso, mais ou menos em 64 naquela _____, ela também era muito rígida, ela nos fez durante o mês todo ouvir a Voz do Brasil, de sete às oito horas e, no dia seguinte fazer o resumo, para ela. Ela ouvia, é claro, então você tinha que ouvir e fazer um resumo; então passei um mês, todos os colegas, valia nota, valendo nota. E lá vai eu ouvir essa Voz do Brasil, aí eu comecei a gostar, comecei a gostar e hoje eu sou uma pessoa totalmente politizada e gosto muito de noticiário, então agradeço até à irmã Mendes por ter dado essa oportunidade de ter isso aí. Então foi interessante a escola lá em Tauá, era Colégio Antônio Araripe, colégio de freiras, muito rígido, rígido até demais, mas que dava uma sustentação, uma base muito forte de conhecimento: eu estudava francês, estudava inglês, estudava espanhol – no colégio do interior: tinha francês, inglês e espanhol.

P - O senhor tava falando que depois que sai da escola de freiras vai para o colégio agrícola? R – Não, foi anterior. Voltei novamente para o colégio de freiras. Quando voltei do Colégio Agrícola de Lavras, eu voltei novamente para Tauá, para concluir o ginásial, que chamava. Em 69 eu fui para Fortaleza. Aí eu iniciei o científico; estudei no colégio – apesar do colégio de freiras ser particular – tinha bolsa de estudos aquela coisa toda, aí em Fortaleza eu estudei num colégio tradicional de lá, Liceu do Ceará, colégio muito tradicional, colégio tem 100 quase ou 200 anos e lá se fortaleceu a base, essa base de ensino, ou seja, aquele vácuo que existia no conhecimento, até dos professores do interior em função da própria oportunidade, já no Liceu tive essa oportunidade de aprofundar mais, principalmente na parte técnica, de Física, Química, Bioquímica, Matemática, isso aí. Na época, apesar de ser um colégio do Estado, do Governo, mas era de educação muito forte e não necessitava você fazer cursinho para entrar no vestibular, não. Você saía do colégio e já fazia vestibular e normalmente passava; ao contrário agora que a pessoa tem que fazer um cursinho, tem que fazer – eu vejo isso nos meus filhos – a dedicação que foi feita para entrar em uma universidade – então eu entrei na universidade e, uma coisa curiosa, eu entrei na universidade inicialmente em direito, eu pensava em geologia mas depois vou fazer direito, talvez influenciado por pessoas da família entrei na Faculdade de direito da Universidade Federal do Ceará. Mas, a faculdade somente um ano, depois de um ano eu vi que não era a minha praia, e eu comecei a ver que a coisa não tava no rumo certo a partir de uma disciplina onde o professor tinha algumas aulas práticas no instituto penal; e eu via aquela situação dos presos: “não é isso que eu quero”. E logo no final do ano eu fiz novamente vestibular e fiz faculdade de agronomia.

P - Então, vamos voltar um pouquinho, em sua chegada em Fortaleza o senhor vai morar com quem?

R - Bom, isso, é interessante. Em Fortaleza eu fui morar com, isso numa residência de uma tia minha que morava no interior, mas os filhos moravam em Fortaleza exatamente em função disso aí: as oportunidades no interior eram muito escassas e as pessoas tinham de mandar os filhos para Fortaleza; e tava lá como se fosse uma casa de – jovens – estudando. Era uma coisa interessante, porque a gente tinha um convívio com pessoas além de nós da família, alguns primos meus, tinha outras pessoas da própria cidade que moravam lá com a gente e a gente formava um grupo muito interessante, até para discussão, para estudo. E nisso passei dois anos nessa casa, bem próximo de Fortaleza, com os meus primos; e já no terceiro ano, preparando para a universidade, eu fui morar com a irmã mais velha minha, que tem uns filhos que são mais velhos do que eu; ela já tinha uma casa também em Fortaleza, apesar de morar no interior ela tinha essa casa lá, exatamente para acesso aos filhos ao estudo, aí no terceiro ano eu morei com ela, daí entrei na universidade, passei um ano em direito, depois entrei em agronomia e logo em seguida a minha mãe foi para Fortaleza, em 1973, a minha mãe já estava aposentada e tinha quatro filhos morando em Fortaleza, então não tinha mais nenhuma razão de manter uma casa, uma residência, apesar da casa ainda mantinha lá no interior, mas a própria situação dos filhos, a metade da família já estava em

Fortaleza, então ela veio para Fortaleza e daí eu concluí os estudos já morando com a minha mãe.

P - E a escolha de fazer o curso de agronomia, por que foi? Foi um resgate daquela escola agrícola que o senhor tinha ido?

R - Me parece que sim. Na verdade o meu desejo inicial seria me formar em geologia, mas aí depois eu fui buscando conhecer melhor as coisas e achei que aquele ali não era meu caminho, eu que tinha passado esses dois anos numa escola agro-técnica, inclusive interessante no ponto de vista de aprendizado, de relacionamento com o ambiente rural, com pessoas de outras regiões, de outros Estados, então eu busquei em cima da agronomia toda essa relação que eu tinha com o campo e apesar da origem do interior, que era origem do campo, tinha a questão das propriedades, das fazendas do meu pai que a gente tinha que, aquela coisa toda, então, eu busquei me dedicar, não busquei me dedicar à agronomia para depois voltar ao interior e cuidar das fazendas, o que é uma coisa muito comum, principalmente na região centro oeste, as pessoas formavam e depois voltavam. Eu já pensava numa coisa diferente, eu sempre busquei o conhecimento na área científica, sempre busquei botar qualquer coisa da minha formação para trabalhar na área do conhecimento, da informação.

P - Tinha algum professor que influenciou essa opção?

R - Não, eu acho que foi a base do colégio de freiras, eu agradeço mesmo a base do colégio de freiras. Porque era, apesar de ser um colégio de freiras, era um grupo de professores muito bom, de formação e eu acho que teve uma relação muito forte com isso aí. E fiz agronomia, comecei fazendo agronomia, tanto que eu não desisti de fazer como o direito, comecei fazer: "Não é direito a minha área", e quando eu entrei em agronomia eu sempre achei que era aquilo ali. E comecei como monitor, e bolsista e procurei fazer todos aqueles projetos do projeto Rondon, fiz tudo aquilo, e aí fui pegando gosto, dedicação por isso e fui vendo as diferenças regionais, a diferença das pessoas, a falta da informação, o desejo das pessoas de buscar, e eu tínhamos essa informação, eu tava com a informação e achava que o meu campo seria nessa área, e daí eu procurei concluir o curso. Apesar de quase que praticamente concluir meu curso de agronomia trabalhando, eu trabalhava por que? Porque a minha família não era uma família rica e eu sempre gostei de trabalhar. Apesar de trabalhar também eu me dedicava em dar aulas, eu dava aulas à noite, para alunos; me orgulho muito de ter essa parte da minha vida, de ter dedicado uma parte do meu conhecimento para outras pessoas; continuei depois da universidade dando aulas, na minha vida profissional, e vi no curso de agronomia um elo importante para me aprofundar no que realmente eu tava querendo fazer.

P - E o mestrado veio logo após o curso?

R - Não. Eu terminei o meu curso de agronomia e fui trabalhar na extensão rural. Estava exatamente no que eu tava querendo, trabalhar com comunidades, com pessoas que eram carentes de informação, esse era um primeiro passo; o segundo passo, que era um passo mais elevado, que era trabalhar na parte de pesquisa, que foi quando eu entrei na EPACE (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará) e na EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Então inicialmente eu, já em Fortaleza, terminei o curso e fui morar no interior, solteiro ainda, fui morar no interior numa cidade chamada Jaguaribe, no interior do Ceará, a 300 quilômetros de Fortaleza; passava a semana toda lá e retornava sexta-feira, já namorava, aquela coisa de noiva. E daí eu tinha toda essa coisa de ter essa vida: trabalhando no interior com residência fixa em Fortaleza. Eu trabalhando no interior, na cidade de Jaguaribe, na EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará), uma empresa de extensão rural, que ela é comum praticamente em todos os Estados, era muito fortalecida na época, agora já nem tanto. Mas que, em Jaguaribe, eu talvez já voltado para aquela coisa anterior ao magistério – eu me dediquei também a parte do magistério em colégios: dava aulas em dois colégios em Jaguaribe à noite, na área de irrigações drenais, para um curso agrotécnico que tinha lá. Praticamente eu dava essa contribuição sem nenhum vínculo empregatício, só pela dedicação e pelo gosto de ensinar alguma coisa. Então passei três anos na EMATERCE e surgiu uma oportunidade, pela própria direção da EMATERCE, para eu ir para uma empresa de pesquisa, que era exatamente o que eu estava querendo; aí eu tive que voltar para Fortaleza e ingressei na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará – EPACE. Era uma empresa que tinha uma relação de trabalho forte, de ações de pesquisa, com a EMBRAPA, na qual hoje eu trabalho. E de 1984 até 1994, dez anos, eu trabalhei com pesquisa agropecuária na empresa estadual; me fortaleceu muito, os elos científicos de dedicação ao trabalho, elaboração de projetos, de publicações científicas e, nesse período de 84 à 94 eu fiz o meu mestrado, na área de ciência e tecnologia de alimento.

P - Como foi a escolha dessa área?

R - Eu, na EPACE, empresa de pesquisa, eu comecei a trabalhar na área de alimentos, com fábrica de castanha. Em 1984, quando eu entrei na EPACE, iniciei trabalhando com caju; tinha uma equipe forte, muito boa, de bons pesquisadores, com boa formação profissional; e o Estado do Ceará era um Estado onde a cajucultura é um forte fator de agregação de renda, de mão de obra. Daí eu comecei a trabalhar com caju e buscava, dentro daquela relação do trabalho verificar uma coisa importante na cajucultura. O que é? Hoje no nordeste como um todo existe 700 mil hectares de caju, dos quais 335 mil hectares no Estado do Ceará; mas a relação de ganho da cadeia produtiva é uma relação muito desfavorável para o agricultor familiar. Por que? Oitenta por cento dessa área de caju é área de agricultores familiares e eles só se apoderam de 10 por cento de todo o agronegócio: eles são meros produtores da castanha, a castanha é industrializada por empresas fortes, algumas empresas multinacionais, alguma empresas estrangeiras, e que o produtor rural não tinha muito como agregar os seus ganhos porque produzia a castanha e vendia para a indústria.

P - Esse é um cenário da década de 80?

R - Cenário que ainda existe, nós mudamos isso aí. Começamos a mudar quando nós trabalhamos essa relação do pequeno produtor com a fábrica de castanha. Então eu comecei a me dedicar ao meu trabalho de pesquisa neste elo, ou seja, nós temos como mudar esse perfil: o produtor de castanha, além de ser um produtor de castanha ele pode ser também um industrial de castanha, e pode ser também um exportador de castanha. Daí surgiu essa relação, desse modo, desse trabalho que eu comecei a trabalhar na EPACE, nós já tínhamos alguns projetos com o Banco Mundial, na época, de trabalhar na área de desenvolvimento de equipamentos e também toda a relação da fábrica com o ambiente

externo, com a exportação. E foi a partir daí que eu iniciei o meu trabalho com as mini-fábricas de castanhas, dentro de uma visão ainda muito inicial, em função das dificuldades das relações que existiam entre as grandes fábricas e o início desse trabalho, por que era uma coisa que afrontava as indústrias internacionais.

P - Então o seu mestrado já é mini-fábrica de caju?

R - Eu entrei no meu mestrado já para trabalhar dentro de uma área não de caju, eu trabalhei com outra área muito interessante para a economia do agricultor, que seria com o controle de qualidade de farinha de mandioca. Mas quando a pessoa faz uma tese de mestrado ou se dedica a um trabalho acadêmico desse aí, você sempre tem outras oportunidades de outros trabalhos para fazer; então na linha de mestrado eu trabalhei com farinha de mandioca, coisa muito importante para região. Mas eu trabalhei dentro da minha visão acadêmica, do mestrado, com obtenção de produtos do caju: um mel de caju, um vinho de caju; trabalhei com essa área, e trabalhei também com parte de mini-fábrica. Mas o meu mestrado foi dedicado basicamente farinha de mandioca, o que não quer dizer que eu tenha abandonado neste período o trabalho com castanha, não. Essa foi apenas a oportunidade que a universidade me deu de trabalhar dentro dessa lógica porque eu trabalhei na minha tese de mestrado com a bolsa do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e o CNPQ queria que eu fizesse o trabalho com farinha, que era mais importante no momento para a parte acadêmica, mas isso não quer dizer que eu não tenha continuado com as fábricas.

P - Foram dez anos no EPACE?

R - Exatamente, é tanto que quando voltei do mestrado, em 91, eu continuei com o trabalho das fábricas, eu continuei implantando as fábricas no Estado, tentando mudar a visão dos ganhos, da cadeia. P/1 – Explica para a gente o que era montar as fábricas de caju pelo Estado?

R - Bom, é o seguinte. Ainda existem alguns projetos estratégicos, do BIRD, do Banco mundial, que financiavam lá no Estado, chamado projeto São José. O projeto São José seria um projeto estruturante dentro de uma visão de uma associação onde se buscava inserir alguma tecnologia que melhorasse a qualidade de vida, agregasse valor, todos aqueles requisitos, aqueles postulados que são conhecidos dentro da visão do agronegócio e da agricultura familiar. Como na época a relação do produtor com o seu produto era basicamente primária: a venda da castanha, então nós iniciamos a criação, desenvolvimento de equipamentos e fazer com que com a linha básica de equipamentos o produtor, com mais outros produtores, formando uma associação ou uma cooperativa, ele tivesse uma escala relativamente suportada para se fazer uma industrialização dentro de uma escala pequena, e que esse produto pudesse ter competitividade com o produto gerado pelas grandes fábricas. E nós iniciamos com muito trabalho isso aí, praticamente. Na época como eu tinha uma relação dentro de uma empresa de pesquisas do Estado, eu iniciei o trabalho dentro do Estado do Ceará. E foi parte da EMBRAPA que deu o corpo para trabalhar no nordeste todo. Então quando eu fui para a EMBRAPA em 94 a gente já tinha uma base muito forte do plano de negócios, como as fábricas poderiam se autosustentar dentro de uma visão da própria dificuldade do agricultor, e também que esse produto pudesse ser competitivo dentro do mercado, não só no mercado local, mas tendo oportunidade de fazer pequenas exportações, principalmente para o mercado solidário. E isso é um vínculo muito interessante que tem uma visão de relação com todos os projetos que estão colocados dentro da castanha, de ir buscar esse mercado numa visão de mercado solidário. P/2 – Por que o senhor vai para a EMBRAPA, o senhor fez concurso ou tinha essa pretensão de expandir esse trabalho?

R - A EMBRAPA era uma oportunidade maior, que qualquer pesquisador busca, dentro de uma visão de um trabalho bem mais amplo, com mais base científica, com mais apoio institucional e com todos os atributos que normalmente são comuns e necessários para se fazer uma pesquisa. Então, em 1994, eu fiz concurso público para EMBRAPA e fui admitido em seis de dezembro de 1994 como pesquisador e já dei continuidade à extensão do meu trabalho dentro de uma visão nacional. Enquanto eu trabalhava com uma empresa de pesquisa com fábrica de castanha dentro do Estado do Ceará, eu busquei agora, já no início de 95, nós tínhamos um projeto com 2 milhões de dólares, bastante dinheiro, para a implantação dessas fábricas no nordeste.

P - Já havia uma conexão da EMBRAPA com a EPACE?

R - Comigo já havia uma relação. A EPACE é uma empresa de pesquisa agropecuária mas era participante do sistema brasileiro de pesquisa cooperativa. Então a EPACE, com outras empresas estaduais fazia parte da EMBRAPA. E na época, na EPACE, que eu trabalhava de 84 a 94, vamos dizer de 60 pesquisadores que trabalhavam na EPACE pelo menos a metade já eram da EMBRAPA, os 30 pesquisadores eram do quadro da EMBRAPA. Porque nessa época a EMBRAPA não tinha um centro em Fortaleza, o centro só foi criado em 1987, me parece. E eu entrando na EMBRAPA em 94 continuei o meu trabalho com fábricas – apesar da minha formação pós-graduação na área de alimentos – eu tenho outros trabalhos, não só com castanha, eu trabalho com matérias primas da região tropical, eu trabalho com obtenção de fábricas de polpas, tenho um trabalho agora com a industrialização de leite, de carne e tudo, mas eu posso dizer, e posso até ter isso como referência, que a castanha de caju é meu principal prato, não tenho como sair do caju; apesar de não ter muito apego pelo caju, de gostar de caju, pelo tempo, eu não tenho muito apego pelos produtos do caju, não, mas eu sempre busco fazer alguma coisa, sempre melhorar, uma coisa que é um produto que tem uma visão muito voltada para o terceiro mundo. Por que? O caju apesar de ter origem aqui no Brasil, ele já na época do descobrimento – em 1520 já tem registro dessa fruta aqui; e daí as viagens dos portugueses que iam para as Índias, contornando o cabo da Boa Esperança, pela África, eles passavam pelo Brasil e levavam o caju entamborado porque aquela época era muito difícil a questão da saúde e tinha um problema muito sério de escorbuto, que é a vitamínose da vitamina C, carência de vitamina C, não existe mais essa doença, mas na época matava muita gente. Eles usavam o caju, que é excelente fonte de vitamina C, para pelo menos diminuir esse tormento, essa mortalidade. Então, eles levavam o caju nas embarcações do Brasil para a Índias e começaram a disseminar o caju na África, hoje a África é um grande produtor. Eu tive até oportunidade já de fazer alguns cursos de caju na África e vi lá, em Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Madagascar; todos eles têm caju. E hoje o maior produtor de caju do mundo é a Índia, apesar do caju ser de origem daqui do Brasil.

P - Retomando então, você estava falando da origem do caju. Continua pra gente.

R - Então o caju tem origem no Brasil, basicamente na região nordeste. Os registros são desde o descobrimento e hoje o Brasil, apesar de muito tempo ter sido o maior produtor de caju do mundo, com 700 mil hectares, já perdeu essa hegemonia, o maior produtor do mundo hoje é a Índia; o segundo maior produtor é um produtor emergente, isso na Ásia, que é o Vietnã, imagine o Vietnã um país tão pequeno já é um dos grandes produtores, e alguns países da África: a Tanzânia, Moçambique, Guiné Bissau e outros pequenos países. Mas o Brasil hoje se destaca, principalmente a região nordeste, com esse agronegócio que faz parte pelo menos em uma relação de Estado, o Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, que corresponde a 95 por cento dessa produção, de toda essa área, e responde nesses três Estados pela primeira pauta de exportação: hoje a amêndoa de castanha é exportada para o mundo todo, praticamente os maiores países, de maiores poder aquisitivo, apesar de ser um produto do agricultor familiar, mas ele tem acesso ao consumidor de alta renda. Os Estados Unidos consomem em torno de 60 por cento de toda produção mundial de amêndoa, de castanha; e outros países, outros países da Europa mais o Oriente Médio também, que consome e agora, mais recente a China que agora, com esse poderio econômico que está tendo, com este crescimento, começou a consumir essa amêndoa. Então, essa é uma coisa interessante, até uma base que nós conversamos com nossos parceiros, as associações, as cooperativas, de mostrar para eles que o seu produto está tendo um acesso de comercialização dentro do mercado mundial como um todo. Então, a valorização desse trabalho, da própria produção, da própria industrialização para ele é muito importante, a partir do momento em que ele sabe, a gente entra numa fábrica e escuta: “olha, nós estamos sabendo que a nossa castanha vai para os Estados Unidos, vai para a Europa, para a Inglaterra”, então isso aí é uma satisfação para ele, esse é um trabalho que está sendo fortalecido dentro dessa visão que a Fundação está dando esse apoio.

P - Então, você vai para a EMBRAPA e teve oportunidade de aplicar isso pelo nordeste. Então, como é que foi?

R - A partir da minha chegada na EMBRAPA em 1994, eu comecei já a me dedicar a fazer uma continuidade do meu trabalho que tinha iniciado na extensão, na EMATERCE e na empresa de pesquisa. Então me dediquei praticamente na EMBRAPA com fábrica de castanha dentro de uma visão mais ampla, porque a EMBRAPA tem um mandato nacional, diferente da empresa de pesquisa que tinha sua restrição apenas ao interior do Estado. E na EMBRAPA me deu essa visão muito grande de ter este trabalho dentro de uma relação com outros Estados e com outras empresas que são associadas, empresas de pesquisas dos outros Estados; e daí nós buscamos formar um grupo para se trabalhar com fábricas de castanha nesses Estados do nordeste. Praticamente nós começamos no Ceará, no rio Grande do Norte e no Piauí, porque eles eram mais representativos nessa produção. Então, iniciamos com o desenvolvimento de uma linha de equipamentos, nós desenvolvemos uma linha de equipamentos dentro de um projeto do BIRD, com parceiros externos à EMBRAPA, são parceiros comerciais, e desenvolvemos uma linha básica de equipamento para atender as pequenas fábricas. A fábrica grande ela trabalha com equipamentos muito grandes, caros e importados. Para se implantar uma fábrica dessas se gasta um milhão de dólares, está muito fora do alcance do agricultor, das cooperativas e dos focos que nós estávamos buscando organizar. Daí nós desenvolvemos essa linha de equipamentos, dentro desse projeto do BIRD e com a iniciativa privada e implantamos inicialmente, como unidades replicadoras, três fábricas, isso todas no Estado do Ceará: uma chamada fábrica escola, que foi localizada na EMBRAPA, em Pacajus; essa fábrica escola ela tinha a função de ser um centro de formação de multiplicadores para fazer a extensão desse resultado noutro Estado e no próprio Estado; implantamos duas fábricas pilotos dentro desse satélite, que foi uma localizada no Município de Pacajus, uma comunidade chamada de Pascoal, Associação dos Moradores de Pascoal; e a outra fábrica foi localizada em Capuá, numa região praiana, já próxima ao Rio Grande do Norte. Então, com essas duas fábricas, que é a unidade central, nós começamos a formar os multiplicadores, não só do Estado do Ceará, como de outros Estados. Trazia essas pessoas, mostrava como era a fábrica, dava todas as informações e também o capacitava, como ele devia operar, e mostrava a inovação tecnológica dos equipamentos. E dentro dos projetos estruturantes dos Estados, do BIRD, Projeto Produzir, Projeto São José – em cada Estado tem a sua denominação – foram formando essas pequenas fábricas e nós da EMBRAPA mesmo com a equipe pequena nessa área de fábrica de castanha, nós buscávamos dar todo acompanhamento, toda informação técnica para que essas fábricas iniciassem, dentro de uma visão de qualidade e que o seu produto pudesse competir dentro de uma escala industrial. Então iniciamos esse trabalho, nós depois aumentamos isso aí para o Estado do Maranhão. Vieram outros projetos em seguida, nós aumentamos essa linha de atuação para o Estado do Maranhão e para o Estado da Bahia, e outros Estados do nordeste em menor escala: Paraíba, Pernambuco e Alagoas, mas a maior dimensão deste trabalho está no Estado do Ceará; segundo Rio Grande do Norte; terceiro Estado do Piauí; quarto da Bahia; inclusive a Fundação iniciou o projeto agora com fábricas no Estado do Maranhão. Nessa relação, em todo esse período, de 1994 até 2000, nós iniciamos uma coisa diferente, dentro da visão da fábrica, porque nós sentimos que uma coisa que nos preocupava muito era a relação que tinha do produtor, do agricultor familiar, da pequena associação, com o mercado; nos não poderíamos obrigar e nem achar, que um produtor agrícola com toda aquela limitação, tivesse uma visão de como comercializar o produto. Então, isso é um problema que ocorre em quase todas as cadeias produtivas, e daí surgiu um trabalho feito por nós da EMBRAPA, a equipe de sócio-economia da EMBRAPA, são quatro pesquisadores; e nós dentro uma ação do próprio PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de fazer um trabalho que pudesse agregar todas essas associações dentro de uma visão mais coesa e mais fortalecida, e nós criamos o chamado Módulo Agroindustrial Múltiplo, que foi a célula que deu origem ao trabalho com a Fundação Banco do Brasil. O que é esse chamado Módulo Agroindustrial Múltiplo? É o seguinte: para se exportar, numa altura dessas nós já sabíamos como produzir a castanha, sabíamos como processar e o produto estava excelente. Mas não sabíamos comercializar e nem tínhamos escala para comercializar, porque para se fazer uma comercialização, uma exportação para fora do país se precisava ter 700 caixas de amêndoas prontas, o que corresponde a 16 toneladas; então uma pequena fábrica, que trabalha com 500 à 1000 quilos castanha dia, ela levaria 60, 70 dias para ter esse container formado; e nesse módulo, se nós reuníssemos 20,30, sei lá, uma quantidade de fábricas dentro de uma visão coesa, e désssemos um acompanhamento em todas essas fábricas, e reuníssemos dentro da linha de processo essa amêndoa em uma unidade centralizada, teríamos capacidade mais fortalecida para fazer essa exportação, e isso nós denominamos de chamado Módulo Agroindustrial Múltiplo. O que é isso? As pequenas fábricas faziam uma parte do processo e o acabamento, onde os atributos de qualidade, a questão das boas práticas de fabricação, a segurança do produto e toda parte legal de exportação, era centralizada dentro de uma unidade central, essa unidade central nós chamamos de módulo. E surgiu daí, a partir de 1997, 98, as primeiras exportações: nós tivemos anos que fizemos 20 exportações, que era uma coisa fabulosa dentro de uma visão que não tinha nada. Essas exportações buscavam basicamente o mercado europeu, principalmente o mercado solidário - que é o mercado italiano, daquela cooperativa internacional do terceiro mundo. Nós buscávamos alguns mercados do Oriente, do Oriente um pouco, mas buscamos também o Oriente Médio, principalmente Líbano, Irã, a Jordânia, fizemos algumas exportações, e com o mercado tradicional é o mercado americano; e com atributo muito importante: “produto feito pelo agricultor familiar”, isso é uma marca muito fortalecida e que faz com que tivesse até uma facilidade de venda. E, além disso aí, o nosso processo de fabricação da castanha, o processo de beneficiamento, é um processo um pouco diferente do

tradicional, que favorece a nossa amêndoa, é uma amêndoa com qualidade melhor, uma amêndoa mais clara, com sabor mais acentuado, com todos os atributos de qualidade bem diferentes da amêndoa tradicional; nós não tivemos muita dificuldade de exportar em função disso aí. E, esse projeto teve esse alavancamento a partir de 1988 até 2002, 2003; mas que, como todas as ações têm alguns problemas, foram enfraquecendo algumas associações, mas que ele existe, dentro de uma visão, algumas associações, algumas cooperativas já trabalham com os passos próprios, não precisam mais nem EPACE, nem EMBRAPA, nem ninguém acompanhar, eles já estão fazendo só. Surgiu a oportunidade em 2002 ou 2003 da EMBRAPA participar de uma competição de projetos com a Fundação Banco do Brasil, chamado banco de tecnologia social; antes eu já tinha ouvido falar nós trabalhos da Fundação, mas não dentro dessa visão social buscando a questão do agricultor familiar, ela tinha mais um trabalho voltado para a área de lixo, reciclagem, coisa importantíssima mas a área agrícola mesmo, buscar a parte básica da agricultura, talvez tenha sido um dos projetos pioneiros. Então nós apresentamos a proposta, participamos da competição, nós fomos finalistas, chegamos até em São Paulo na finalização da premiação do projeto; fomos premiados, de qualquer forma para a gente, só ser finalistas já foi um prêmio, e procuramos defender o nosso projeto dentro da Fundação, numa visão local – mas dentro de uma abrangência do nordeste como um todo – e de um agronegócio que teria como a Fundação além de só colocar dentro do seu banco de tecnologia social, dar um apoio bem mais amplo e mais consistente. E não foi surpresa para a gente, porque a gente tava sentindo que logo, logo ia conseguir um parceiro forte. E daí, a Fundação Banco do Brasil, Doutor Luiz Fumio, outros diretores da Fundação, estiveram na EMBRAPA e se interessaram pela tecnologia, principalmente pela questão do foco, do fortalecimento da agricultora familiar; e já na época havia aquela visão, em 2002, 2003, o Lula já estava eleito e já iniciou aquele trabalho do Fome Zero, as ações estruturantes do Fome Zero. Eu já tava com um projeto em andamento com o Fome Zero, e a Fundação tava procurando parceiros para trabalhar dentro dessa área porque é uma responsabilidade social e a Fundação tem toda essa questão da responsabilidade social dentro desse foco; e eles procuraram a EMBRAPA, demonstrando esse interesse, da gente ser um parceiro da Fundação e buscar replicar essa tecnologia nossa, de mini-fábrica, dentro de uma visão não só do Ceará, mas do nordeste como um todo.

P - O senhor, como pesquisador da EMBRAPA, tinha consciência de que o trabalho lá, das fábricas de caju, era uma tecnologia social?

R - Sim, é claro, era uma tecnologia social, mas uma tecnologia social que precisaria de apoio para ser replicada porque, uma fábrica de castanha é também uma ação comercial, comercial dentro de uma visão que vai fortalecer os agricultores, mas é um negócio. Mas é um negócio diferente, essa que é a coisa, é um negócio diferente porque vem da base da agricultura familiar, o produtor da matéria prima é o agricultor familiar, aquela pessoa que tem cinco hectares, que fica dependendo no segundo semestre da sua castanha para vender, para comprar alguma coisa para a família. Então, isso é uma tecnologia social, e foi esse foco – eu acho que quem despertou mais foi a própria Fundação – que estava buscando parceiro para dinamizar mais as suas ações dentro do Projeto Fome Zero, de tecnologia social, de fazer com que esse projeto tivesse um corpo mais forte e pudesse ter uma abrangência bem maior.

P - Então, pontuando certinho: a Fundação procurou a tecnologia da EMBRAPA, e daí veio a idéia de se inscrever no prêmio, ou o prêmio foi anterior?

R - Não, nós fomos instigados pela própria Superintendência do Banco do Brasil no Estado do Ceará, que tinha esta premiação, aí foi que o gerente do Banco foi lá na EMBRAPA, o nome dele é Costa – inclusive o gerente de dentro do Campus da Universidade Federal do Ceará, bem próximo mesmo – ele foi lá na EMBRAPA e falou desse banco de tecnologia social e que ele já conhecia o nosso trabalho de fábrica de castanha e diz: “olha, é uma oportunidade interessante de vocês se inscreverem”. E aí nós nos inscrevemos sem muita pretensão, mesmo sabendo que era um projeto interessante, mas como era uma coisa que nós achávamos que era muito difícil em função de muitos projetos muito bons, no Brasil todo, nós entramos numa competição nacional; e daí nós recebemos a notícia através dele, que a nossa tecnologia tinha sido pré-aprovada entre 121 propostas, depois de passar por um filtro de mais de quatro mil, ficou 121 e nós tínhamos sido pré-aprovado para fazer um detalhamento maior da tecnologia. E foi daí que representantes da Fundação, e o próprio gerente do banco, nós levamos às fábricas e mostramos como era o projeto, e preenchemos todo o questionário e daí ele foi escolhido como um dos 19 ou 20 finalistas.

P - Quantas fábricas já existiam naquela época?

R - Olha, no Estado do Ceará existiam 105 fábricas, mas integradas com o nosso projeto em torno de 20 – eram poucas em relação a todo o horizonte de fábricas que existia. Mesmo porque todas essas fábricas elas tinham sido implantadas não com o nosso projeto mas com outros parceiros e que passava por problemas de gestão, de acompanhamento.

P - Mas ligadas ao módulo?

R - Vinte fábricas, mais ou menos umas 20 fábricas, isso dentro de uma visão só do Ceará. Porque o projeto tomou corpo em nível regional com a ação da Fundação Banco do Brasil, quando ele começou a dar o apoio financeiro, técnico e estruturante do projeto.

P - Isso foi após a premiação?

R - Após a premiação. Logo após a premiação eles nos procuraram, demonstraram desejo, na verdade eles tinham algumas cadeias estratégicas, ele ia trabalhar com a cadeia do lixo, e parece com artesanato e castanha de caju. Eles nos procuraram, e daí nós tivemos de passar essa decisão, não do nosso centro, mas da EMBRAPA, a EMBRAPA é uma empresa de pesquisa que está descentralizada no Brasil todo, onde o nosso centro é um dos centros da EMBRAPA, e também a relação da própria EMBRAPA Corporativa com a Fundação é uma relação muito boa, como sempre foi. E de pronto logo eles: “estamos dentro”. Aí depois nós iniciamos a fazer as reuniões, ia à Brasília várias vezes, eles foram muito à Fortaleza, nós elaboramos todo o projeto. Então o projeto consistia, a partir de 2003, o projeto era um projeto básico para implantar 50 fábricas de castanha. Eu fiz esse projeto em conjunto com os técnicos da Fundação: o diretor técnico, Luiz Fumio, o Ricardo Braune, que era um gerente de área, que era quem dava mais apoio, mas a gente tinha toda a participação do próprio presidente da Fundação, e nós fizemos esse projeto iniciando a contemplação de revitalizar 50 fábricas de castanha, dentro do horizonte de 150 que nós temos no nordeste como um todo,

achamos que 50 seria um número interessante para se fazer esse trabalho. Das 50 fábricas de castanhas, seriam 15 no Estado do Ceará, 15 no Estado do Piauí, dez no Rio Grande do Norte, cinco na Bahia e cinco no Maranhão. Além dessas 50 fábricas dentro do projeto também consta à implantação de dez fábricas de pedúnculo do caju, para a fabricação de doces, sucos, e produtos. Essas dez divididas proporcionalmente nos cinco Estados, cada um proporcionalmente com duas fábricas. Essa é uma ação que a Fundação vai implantar, acredito que a partir do próximo ano; nós estamos hoje na implantação de uma fábrica. Então, nós iniciamos mais fortalecido o Estado do Ceará, foi pioneiro, implantamos 11 fábricas, além dessas 50 fábricas de castanha tinha também, é claro, o módulo em cada Estado contemplava uma unidade central. O que é esta unidade central? As dez fábricas vão trabalhar dentro de uma visão conjunta, como se fosse um satélite com a unidade central – elas processam a castanha, obtém a amêndoa e esta amêndoa é deslocada para a unidade central, onde faz toda a parte de classificação, fabricação, embalagem e exporta. Na verdade é uma unidade de serviço, uma unidade de comercialização, mas que elas tem que colocar esses atributos para o produto ter a competitividade de exportação como tem uma indústria internacional. Bom, então essas unidades centrais teriam o foco em cada um dos Estados. No Estado do Ceará nós já implantamos as 11 fábricas, praticamente buscando uma visão das micro regiões produtoras de castanha. Nós não escolhemos isso aleatoriamente, não, nós temos um comitê gestor, dentro do Estado, com várias instituições – aí participa o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), participa a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o próprio Governo do Estado, a EMATERCE, a Incubadora de Cooperativas da Universidade Federal, então são 11 parceiros que aí nós fazemos reuniões e essas 11 fábricas foram escolhidas através de visitas. Nós visitamos, mostramos o projeto para as associações – nós tínhamos só no Estado do Ceará 90, 102 fábricas para escolher 11. Você vê como é que é, e todo mundo querendo Porque você tem a Fundação Banco do Brasil, o próprio Banco do Brasil, você tem a EMBRAPA, tem o SEBRAE, tem o INCRA, tem a CONAB, tem um monte de parceiros, todos eles parceiros fortes, dentro de uma visão da própria conjuntura do país, então, todos querem. Nós tivemos que escolher apenas 11, aquelas que nós achávamos mais representativas, que podia aceitar o projeto como ele é para ser, e fizemos essa escolha, implantamos essas 11 no Estado do Ceará, onde já estamos iniciando o funcionamento delas.

P - E, como é que ele é para ser, o que é feito lá?

R - A Fundação fornece sem reembolso, fundo perdido chamado, não gosto de dizer que é fundo perdido porque não é perdido, um fundo ganho. Então, é um dinheiro não reembolsado, fornece toda a infra-estrutura física da fábrica, desenhado pela gente da EMBRAPA, nós tivemos todo o cuidado de colocar dentro de uma situação de fábrica direitinho, para funcionar, com toda parte legal, parte ambiental, parte fiscal, tudo; então ela é uma fábrica que atende todos esses requisitos, apesar de muitas delas estar localizada lá na situação mais extrema do Município, você chega lá você destaca a construção em relação, é uma coisa até que a gente diz “Pôxa, será, a gente está com um negócio desse aqui, tá agredindo a própria moradia deles, que não tem aquele ambiente, banheiro, tudo direitinho”, mas como tem que ser feito é para ser feito assim mesmo. Então a Fundação fornece toda essa infra-estrutura física, de instalações e fornece todo os equipamentos, com computador – toda fábrica tem um computador, impressora, tem tudo direitinho, balanças digitais – tem todos os equipamentos importantes e indispensáveis para a fabricação do produto. Elas são todas iguais, elas tem capacidade de processar uma tonelada de castanha por dia; reunindo essas 11 fábricas, isso quer dizer que no período de 15 dias nós temos um container pronto, ou seja, nós temos 17 toneladas de amêndoas prontas para exportação.

P - Ela recebe de cada produtor, de cada família...

P - Ela recebe a amêndoa pré-fabricada, de cada família não: cada fábrica é feita pelo entorno de uma cooperativa, tem uns associados. Então, os associados fornecem a castanha; os próprios associados, alguns deles, participam como operários da fábrica, foram capacitados pela EMBRAPA, e eles processam a castanha, certo? Depois de processada essa castanha a unidade central tem um caminhão baú, recolhe essa amêndoa e leva toda amêndoa dela para a unidade central, e essa unidade central faz a classificação dentro do padrão internacional, embala à vácuo e faz a exportação. Isso é que ocorre

P - A Fundação coloca equipamento, a EMBRAPA em contrapartida faz a capacitação das famílias.

R - Isso, faz a capacitação tecnológica, o SEBRAE faz a capacitação de gestão: quem vai vender, como vender; aí tem o Banco do Brasil, aí tem a CONAB, a CONAB fornece dentro de visão compra antecipada, que ela tem com o próprio Governo Federal, o INCRA, como nós temos muitas de nossas fábricas em área de assentamentos, o INCRA dá assistência técnica, então cada um dos parceiros tem a sua função definida dentro de um contrato assinado com a Fundação. Então, não tem nada de aresta nem de sobreamento não, cada um tem o seu papel, tem o que tem que ser feito, e o produtor é o beneficiado com isso aí.

P - Senhor Fábio, eu tenho uma dúvida quanto ao fruto, o caju mesmo: qual a sazonalidade. Dá todo ano o caju?

R - Não, o caju é um dos frutos mais estranhos do mundo, porque na verdade o fruto do caju é a castanha, o caju é formado de um pseudofruto e de uma castanha; o pseudofruto corresponde a 90 por cento e a castanha apenas a dez por cento. Desses dez por cento da castanha, ela precisa ser processada para se obter 22 por cento do produto comestível. Veja como é complicado, então, o falso fruto, chamado o pedúnculo, ele que é quase totalmente desperdiçado, por questões tecnológicas, por questões de pós-colheita e por questões até da grande quantidade que existe da matéria prima e o baixo consumo do produto processado. Para se ter uma idéia hoje o Brasil ainda, talvez seja o único país que tem tecnologia para processamento do suco de caju; os outros países como a Índia, o Vietnã, a Tanzânia, como Moçambique, como Guiné e outros países, eles não aproveitam nada, é zero por cento do pedúnculo. Nós ainda conseguimos aproveitar alguma coisa. Só para colocar a coisa clara: do caju como um todo, de 100 por cento nós pegamos dez por cento, que é da castanha; e dos dez por cento nós pegamos 22 por cento dos dez por cento, que é o produto comestível – isso é o perseguimos. Complicado, mas é...

P - Você também é focado numa área de pesquisa de mudas também, melhorias dos pés?

R - Certo, a EMBRAPA, a partir de 1983 já começou a lançar os primeiros clones, as primeiras variedades – vamos chamar assim que fica mais fácil – de cajueiros no Brasil. É o chamado cajueiro anão precoce, porque a castanha do caju é uma castanha muito irregular em relação ao peso e tamanho: tem castanha que varia de duas até 30 gramas. Então imagine para você colocar isso aí numa fábrica – fica uma loucura. Então a EMBRAPA desenvolveu o cajueiro anão precoce, que tem uma castanha com tamanho definido, um fruto bem mais agradável com relação ao aroma, ao sabor e tudo. E mais produtivo: o caju é sazonal, ou seja, ele só produz, aqui no nordeste do país, somente no segundo semestre, de setembro à dezembro, às vezes de agosto à janeiro, mas ele tem essa sazonalidade de produzir apenas no segundo semestre.

P - Desculpa, um pé nativo, ele demora quanto tempo para poder frutificar?

R - Aí é que tem a questão do cajueiro precoce. Normalmente um pé nativo, plantado por semente, ele vai produzir a partir do terceiro ou quarto ano, e o caju precoce ele produz a partir do primeiro ano. Então é uma diferença muito grande. Além de ele ser precoce ele é anão, ou seja, o porte dele é mais baixo, você tem como ter um controle fito-sanitário da planta e questão da colheita também; e além dele ser anão precoce ele produz dentro de uma escala sazonal num espaço mais longo do que o comum: enquanto o cajueiro comum, no nordeste, que é a grande maioria, 97 por cento é cajueiro comum, ele produz de setembro até dezembro, o precoce produz de julho até dezembro – até janeiro. Então, ele tem um espaço, uma sazonalidade bem maior. Então, esse trabalho que a EMBRAPA fez, nós já lançamos em torno de 13 a 14 clones, ou variedades, como queira chamar, todos os cajueiros com essa qualidade superior. Dentro dessa visão, a própria Fundação Banco do Brasil está com uma demanda junto à EMBRAPA e dentro dessa visão do próprio trabalho, para ser implantado em cada Estado um projeto para produção de mudas de cajueiro precoce para dar sustentação a essas cooperativas, para melhorar a qualidade dos pomares de caju. Então isso é uma demanda que a Fundação já nos procurou, nós já mandamos um projeto para a Fundação, e acredito que nos próximos anos seja o foco prioritário: depois de implantar fábricas nós vamos buscar melhorar a qualidade dos pomares através dessas mudas e dessas variedades que a EMBRAPA lançou.

P - Fábio, em torno de quantos por cento, hoje em dia, da castanha produzida no Brasil, é através dessas mini-fábricas ou está ligada a esta tecnologia?

R - É, aí a questão ainda preocupante para a gente, talvez o tempo vá corrigir toda essa diferença. Como eu já coloquei no início, 80 por cento da área do caju, podemos dizer na faixa de 500 mil hectares, no mínimo, são de agricultores familiares, mas os agricultores familiares só se apoderam, na parte da industrialização da castanha, da parte muito pequena, com uma quantidade muito pequena, talvez 20 mil toneladas de castanha de 250 mil toneladas – então apenas dez por cento da castanha teria um foco do agricultor dessas pequenas fábricas, ou seja, ainda 90 por cento de todo processamento da castanha é feito pela indústria mecânica. É uma realidade que a gente está buscando mudar. Não é fácil mudar, mas a gente está buscando, está tentando e já está mudando essa coisa. Se a gente considerar no início da década de 80, não tinha, era tudo artesanal, não tinha essa coisa de exportação de pequenas fábricas. Agora já tem, então nós estamos buscando mudar isso aí, é uma coisa que é muito difícil, mas a gente com trabalho, com apoio institucional, com esses parceiros, vamos ver se a gente consegue mudar isso aí.

P - Senhor Fábio, a Fundação está investindo agora em cadeias produtivas e a mini-fábrica de caju é uma cadeia produtiva que a Fundação está trabalhando. Dentro desses critérios que a Fundação está hoje investindo na mini-fábrica de caju, que seria estar ligado à associação, ter esse acordo, aceitar essas normas. Enfim, existe uma meta da Fundação relacionada à parte comercial, de produção ou não, é só dar aquela estrutura para aquela associação de agricultores familiares?

R - Dentro do projeto de mini-fábricas tem uma meta de produção. Por que? Porque é uma meta comercial, é uma meta que vai dizer se o negócio é viável ou não. É uma tecnologia, mas é uma tecnologia que tem que ter sua viabilidade econômica, a sua viabilidade social e a ambiental. Esses três postulados a Fundação busca ter como uma bandeira: que ela tem que ser econômica, e para ser econômica ela tem que ter uma produção dentro de uma base sustentada. Hoje, cada fábrica tem a meta de processar 208 toneladas de castanha ano; isso corresponde a alguma coisa em torno de 750 quilos de castanha por dia em cada fábrica. Com essa meta nós já fizemos plano de negócios e plano de marketing, isso com o apoio do pessoal do Banco do Brasil, do SEBRAE e dos outros parceiros, e vimos que ela é econômica a partir dessa base. E tem que ter a tua base de referência, então a referência nossa é essa daí: ela tem parte de uma escala para processar 208 toneladas de castanha ano.

P - Foi atingida essa meta?

R - Essa meta, como elas estão iniciando o processamento, nós estamos fazendo ainda em fase experimental. Nós só vamos ter esse modelo, aplicado com resposta a partir de 2007. Esse ano tem uma coisa importantíssima que tem que ser considerada: a Fundação aposta tanto nesse projeto que foi a primeira vez que a Fundação Banco do Brasil está fazendo a doação de custeio para as fábricas. Isso é uma coisa que ela não faz, geralmente ela faz a doação em termo de infra-estrutura. Como é um projeto muito assediado por grandes fábricas, que às vezes até boicotam a compra da castanha para fazer com que as fábricas não funcionem – tem essa coisa, é um negócio. Então, qual foi a visão da Fundação? A Fundação visualizou que para iniciar a implantação desse trabalho em 2006, que é o ano inicial em escala comercial, ela está aportando no Estado do Ceará, 803 mil reais para compra da castanha, e essa castanha é comprada dos agricultores. O que vai ser isso aí? Esses 803 mil reais vão servir como um fundo para o próximo ano da cooperativa central do Estado, para já ter o movimento da safra de 2007. Então pela primeira vez na história, a Fundação está aportando esse recurso, como até uma sinalização de credibilidade, que ela realmente acredita no trabalho, e isso é muito importante.

P - Senhor Fábio, a gente já está acabando, caminhando para os últimos minutos, eu queria que você falasse como é que você vê a atuação da Fundação, não só no teu projeto, mas com os outros. Como é que você vê o papel da Fundação para essa parte social, no Brasil?

R - Quero primeiro parabenizar a Fundação por esses vinte anos de dedicação, isso é uma coisa que não é muito comum entre as Fundações de outras empresas estatais, que pensam muito em ganhar, mas nunca em dividir os seus ganhos com os mais necessitados. E a Fundação, dentro das suas administrações, dessa últimas administrações, como todas elas, tem dedicado todo esse empenho aos mais necessitados, aos que são menos

valorizados mas, tem essa questão da necessidade. E quem poderia até dar um depoimento e até uma resposta com uma base mais sustentada seriam os próprios produtores, os próprios beneficiados. E eu estive há dois dias atrás, numa reunião com o grupo gestor das mini-fábricas do Estado do Ceará, onde mensalmente nós reunimos todas as fábricas do projeto, e a gente sente o entusiasmo deles em ver que a Fundação está dando esse apoio, essa é uma coisa que eles ficam maravilhados, há uma parte deles que fica: “será que isso é verdade?” “Isso nós nunca tivemos antes” Em nenhum agronegócio, imagine caju que é uma coisa muito complicada, foi até colocado aqui, então isso aí é um motivo que tem fortalecido esse grupo, dentro dessa dedicação que a Fundação tem dedicado com a equipe muito grande; seu pessoal, seus diretores, tem tido maior empenho nesse projeto de mini-fábrica. Também me senti muito gratificado por parte da EMBRAPA, eu falo aqui pela EMBRAPA, mas acho que todos os parceiros que fazem parte do conselho gestor, do conselho assessor das mini-fábricas, estão agradecidos por esse trabalho da Fundação Banco do Brasil, e buscamos que, se Deus quiser, em outras empreitadas, com outras cadeias produtivas, possa ter esse mesmo apoio, essa mesma dedicação, esse mesmo empenho, tudo que está sendo feito pela mini-fábrica. Não se faz, isso não é um trabalho que é feito para EMBRAPA, para o SEBRAE ou para o próprio Banco, para a Fundação. Isso é em bem da sociedade, é buscar diminuir e até minimizar essa desigualdade social que ocorre no Brasil.

P - Senhor Fábio, o que o senhor aprendeu com a Fundação? Com essa experiência com as mini-fábricas?

R - É interessante essa pergunta: o aprendizado que foi dado. Eu sou um pesquisador, então o pesquisador tem uma visão muito de pesquisa, muito acadêmica e até, dentro de uma visão muito fechada. Isso é um defeito do pesquisador porque, ele vai ver a realidade da coisa quando ele está com a sua tecnologia aplicada, aí é que vão acontecer, que vão começar a aparecer as imperfeições. E isso aí me valorizou muito como pesquisador e até como instituição, da empresa que eu trabalho, que nós pudemos com esse trabalho da Fundação, com esse apoio, corrigir algumas imperfeições do projeto; ver que a coisa não é tão fácil assim; ver que além da pesquisa, do pesquisador e da tecnologia tem uma coisa mais importante que é o produtor, é aquele que vai fazer parte do processo não só na implantação, mas no resto da vida. Nós implantamos esse projeto e vamos ter que sair porque nós temos outras cadeias, outras associações, outras coisas a fazer. Nós temos essa meta de que vamos ter que sair do projeto mas que os produtores, eles mesmos vão com suas próprias pernas colocar essas coisas em funcionamento. Isso faz com que se valorize, busque isso, nós não consideramos que seja tempo perdido – você está dedicando muita coisa – eu como pesquisador, me dedicando muito a uma atividade que não é muito de pesquisa, que é uma extensão, é uma multiplicação do trabalho, mas que eu vejo isso com uma satisfação muito grande a partir do momento que vejo que está incorporado e que eles já podem andar com seus próprios pés.

P - A Fundação está fazendo aquele trabalho de resgate da história desses 20 anos, através desse registros. Como é que você se vê fazendo parte da História da Fundação Banco do Brasil?

R - Eu até refleti sobre isso nesses dois últimos dias. Acho que estou passando para ser um imortal, no Museu da Pessoa. Eu falando lá para a minha mulher, minha esposa, Liza, que ia participar de uma entrevista na Fundação Banco do Brasil, com esse projeto, e que esse seria um material que ficaria no Museu da Pessoa. Então eu estou me sentindo altamente valorizado, talvez a maior valorização, a minha parte acadêmica para mim não vale mais nada em relação a isso aí, para mim eu estou me sentindo o máximo com essa coisa de participar, de dar essa contribuição, da própria Fundação ter creditado no nosso trabalho. Então é uma valorização que eu vou ser eternamente grato.

P - Em nome do projeto nós gostaríamos demais de agradecer a sua presença aqui. Obrigada.